

## **As mudanças no ensino a partir das DCNEM**

Referência: RAMAL, Andrea Cecilia. "As mudanças no Ensino Médio a partir das DCNEM". Revista Pátio Ano 2, janeiro/março de 1999. p. 13-17.

Este é um subsídio para servir às escolas e aos professores na leitura e interpretação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM). Proponho quatro eixos que se interligam: a) a estrutura do ensino médio; b) as tendências curriculares; c) o enfoque educacional; e d) a operacionalização didático-pedagógica. Em seguida, lanço algumas questões para reflexão.

### **1. ASPECTOS ESTRUTURAIS**

A Lei 9.394/96 estabelece, entre as finalidades do ensino médio, "a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos", e "a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores" .

O ensino médio, que passa a ser uma das etapas da Educação Básica - e, portanto, é considerada pelo Poder Público dimensão essencial do processo formativo de todo brasileiro -, aparece no texto da Lei em articulação com a educação que o antecede e com aquela que vem a seguir.

A proposta é superar as rupturas. O ensino médio seria a continuação natural, consolidação e aprofundamento dos conhecimentos adquiridos. Ao mesmo tempo, é etapa de preparação para a aprendizagem futura, seja no ensino superior, no mundo do trabalho, ou na educação profissional.

A "preparação básica para o trabalho" não se confunde com as habilitações profissionais, obrigatórias na Lei 5692/71 e facultativas na 7044/82, o que constitui mudança estrutural decisiva na organização dos cursos. A LDB acena para essa separação quando enuncia que o educando poderá ser preparado para o exercício de profissões técnicas, desde que se atenda a formação geral. Tal tendência é concretizada no Decreto 2208/97, que determina que "a educação profissional terá organização curricular própria e independente do ensino médio" .

A desvinculação parece ter como objetivo revalorizar o ensino médio e ampliar a cultura geral do aluno, em oposição à ênfase na preparação profissional dada pela Lei 5692/71. Aquela política nem conseguiu formar técnicos qualificados para o mundo do trabalho, nem ajudou a desenvolver na juventude muitas aptidões relacionadas à formação humana e cultural. Entre as conseqüências, registramos uma grande proliferação de cursos pré-vestibulares, além da chegada à universidade de alunos despreparados para o ensino superior.

### **2. TENDÊNCIAS CURRICULARES**

Interdisciplinaridade e formação integral. Os temas ou eixos verticais que constituem as grades curriculares tradicionais têm origem na Grécia Clássica. As questões que inquietam os homens e mulheres de hoje mudaram, assim como os métodos de pesquisa, a maneira de se fazer ciência e de se construir conhecimento. No entanto, aqueles mesmos temas centrais continuam sendo apresentados ao aluno de nossas escolas exigindo-se dele que aprenda algo que sequer entende totalmente.

Em lugar disso, saberíamos acaso responder como cada disciplina do currículo de ensino médio contribui, por exemplo, para formar alunos capazes de ajudar a superar as injustiças sociais de nosso país, ou de conviver com os demais de maneira mais harmoniosa, ou de ler criticamente a realidade e os meios de comunicação, ou de lidar melhor com os problemas de seu tempo?

A idéia na Lei 9.394/96 é resgatar a natureza essencialmente cultural do ensino médio, articulando formação geral e científica para alcançar "o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico" .

Essa intenção é comentada nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), que sugerem "conciliar humanismo e tecnologia, conhecimento dos princípios científicos que presidem a produção moderna e exercício da cidadania plena, formação ética e autonomia intelectual" . Tal equilíbrio entre as "finalidades personalistas e produtivistas" requer, segundo a relatora do documento, Guiomar Namó de Mello, "um esforço para superar os dualismos e, ao mesmo tempo, diversificar as oportunidades de formação" .

A parte diversificada de disciplinas, articulada com a base nacional comum, indica uma flexibilização do currículo. Trata-se de buscar a educação integral do jovem, permitindo-lhe solidificar uma "visão orgânica do conhecimento", destacando "as múltiplas interações entre as disciplinas" . A sala de aula está aberta não só a uma série de saberes até então dela excluídos, como também ao diálogo entre as áreas curriculares.

Nada mais oportuno, considerando o atual momento histórico, em que os paradigmas que entusiasmavam os homens de outras épocas são seriamente questionados. É mais sólida a convicção de que a ciência não tem respostas para tudo, e que modos alternativos de conhecimento precisam ser considerados. As disciplinas isoladas são apenas dimensões de análise, pontos de vista congelados. Não vivemos mais naquele mundo em que "o ruído dos aplausos ao progresso cobria as queixas dos perdedores e mascarava o silêncio do pensar" . Os modelos explicativos do real são parciais e provisórios. As certezas absolutas dão lugar ao universo dos possíveis.

A escola de ensino médio pode vir a se constituir no espaço de formação de um jovem que se aproxime da realidade de outras formas, que aprenda de modo diferente e que possa construir novos saberes para a cultura de seu tempo.

O trabalho na linha transversal pode ser uma das maneiras de começar a renovação. Outra é a relativização das grades curriculares, preferindo-se, por exemplo, os projetos em torno dos quais os alunos se agrupem por eixos de interesse.

É claro que sempre se pode argumentar que haverá lacunas. Mas é difícil imaginar, na era da informação, um currículo sem lacunas, com tudo o que o jovem precise conhecer. Mais vale preparar pessoas que saibam se aproximar dos diversos conhecimentos de maneira produtiva, e saibam aprender. Em meio a uma infinidade de informações (verdadeiras, falsas, com conteúdos ideológicos implícitos...), misturadas em homepages, livros, jornais, revistas e canais de TV, cabe ao ensino médio capacitar o aluno para: a) saber buscar a informação nas diversas fontes; b) selecionar a informação adequada; c) utilizar a informação selecionada de modo criativo, consciente e crítico.

Isso implica considerar o contexto do conteúdo trabalhado na escola, verificando como aquilo que o aluno estuda pode se tornar algo significativo para ele.

Mello comenta uma pesquisa realizada com jovens de ensino médio, cujos resultados revelam que estes não vêem nenhuma relação da disciplina Química com suas vidas nem com a sociedade. "Como se o iogurte, os produtos de higiene pessoal e limpeza, os agrotóxicos ou as fibras sintéticas de suas roupas - argumenta a relatora - fossem questões de outra esfera de conhecimento, divorciadas da química que estudam na escola" .

Antigamente se pensava que era preciso memorizar para aprender. Hoje sabemos que, ao contrário, só memorizamos aquilo que realmente aprendemos. Essa mudança de prisma é fundamental para que o professor, não mais centro do processo, mas sempre protagonista das inovações escolares, defina as melhores estratégias para levar o aluno a construir o conhecimento,

exercendo a sua autonomia intelectual e tornando-se mais capaz de gerar novos saberes, a partir da produção coletiva iniciada no espaço da sala de aula. A "compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos", finalidade do ensino médio assegurada pela LDB, se dará "relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina" .

Educação para a sensibilidade, a igualdade e a autonomia. As DCNEM insistem em que a escola procure educar para a sensibilidade, planejando o espaço e o tempo

"para acolher, expressar a diversidade dos alunos e oportunizar trocas de significados, dando lugar à continuidade, à diversidade expressiva, ao ordenamento e à permanente estimulação pelas palavras, imagens, sons, gestos e expressões de pessoas" .

As DCNEM propõem também uma educação para a igualdade. Isso implica não apenas igualdade de oportunidades, mas também tratamento diferenciado, de forma que as características individuais dos alunos sejam respeitadas e atendidas. Supõe uma escola que inclui e valoriza o diferente; uma sala de aula que seja o espaço de todas as falas e de todas as vozes.

O documento sugere ainda uma educação para a ética da identidade, cujo fim mais importante seria o da autonomia. Não se trata de individualismo: o conceito se liga a uma capacidade pessoal de hierarquizar valores e tomar decisões relativas ao próprio projeto de vida. "Autonomia e reconhecimento da identidade do outro", escreve Mello, "se associam para construir identidades mais aptas a incorporar a responsabilidade e a solidariedade. (...Isso) supõe uma racionalidade diferente (...), que visa a formar pessoas solidárias e responsáveis por serem autônomas".

Ano a ano são excluídas da escola crianças e jovens que poderiam ter desenvolvido inúmeras potencialidades. François Dubeux escreveu que "a escola educa alguns, ao mesmo tempo em que destrói muitos outros". No Brasil, a exclusão educacional se articula com profundos mecanismos de discriminação social. Em consequência de tudo isso, apenas 25,8% dos jovens entre 18 e 24 anos estão escolarizados, e 57% dos alunos matriculados no curso fundamental não chegam a concluir o ensino médio .

As reformas curriculares, embora não sejam a única ação necessária, pretendem contribuir para fazer da escola um espaço em que as identidades individuais sejam possíveis: campo de formação de lideranças, de participação política, de superação coletiva de dificuldades e desafios, de tolerância e convivência pacífica.

### 3. ENFOQUE EDUCACIONAL

Nas DCNEM, os conteúdos curriculares são instrumentos a serviço da formação de competências, habilidades e disposições de conduta. Trata-se de investir na capacidade de aprendizagem, no desenvolvimento de maneiras próprias de pensar e de tomar decisões, na relação do indivíduo consigo mesmo e com a sociedade. Esses aspectos ficam evidentes na descrição das competências que dizem respeito a cada área curricular. Por exemplo, na área de Linguagens e Códigos, lemos que

"estão destacadas as competências que dizem respeito à constituição de significados que serão de grande valia para a aquisição e formalização de todos os conteúdos curriculares, para a constituição da identidade e o exercício da cidadania" .

A área das Ciências da Natureza tem, entre os objetivos,

"contribuir para o significado da ciência e da tecnologia na vida humana e social de modo a gerar protagonismo diante das inúmeras questões políticas e sociais..."

As DCNEM expressam, enfim, um novo paradigma curricular, no qual trabalho e cidadania estão presentes em todos os momentos.

#### 4. OPERACIONALIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

As mudanças no ensino médio supõem metodologias de ensino-aprendizagem que favoreçam o alcance dos fins educacionais, permitindo ao estudante ser sujeito do processo. Momentos de estudo individual, produção coletiva e pesquisa por projetos são alguns exemplos de práticas que podem colaborar para uma nova concepção de sala de aula, desde que ancoradas em pressupostos filosóficos e pedagógicos. De nada valerá modificar os métodos de ensino se isso não resultar de uma mudança de paradigma educativo por parte de professores, escolas, alunos e famílias.

Os fins de um processo educativo que se pretende criativo-crítico podem fracassar caso se mantenham também conceitos obsoletos de avaliação. Vemos ainda nas escolas que as aulas - mesmo as modernas, criativas, participativas - são interrompidas periodicamente para que o professor aplique um teste e verifique a aprendizagem valendo-se da velha estratégia, muitas vezes contrária à formação de sujeitos pensantes e autônomos: a prova escrita, elaborada e corrigida nos padrões tradicionais.

A preocupação com a avaliação é uma tônica da Lei 9394/96. Ao longo dos 92 artigos, há pelo menos vinte e seis referências à idéia de avaliar, seja relacionando-a a instituições, a alunos, aos docentes, ou aos processos educativos em geral. Podemos retirar desses textos algumas concepções prévias sobre o papel da avaliação .

Segundo a LDB, o processo de avaliação deve ter como objetivo detectar problemas e servir como diagnóstico da realidade em função da qualidade a atingir. Não é definitivo nem rotulador, não visa a estagnar, e sim a superar deficiências . Nesse sentido, podemos dizer que a avaliação é retrospectiva, mas voltada para o futuro.

Da LDB inferimos também que a avaliação é um direito (e deve ser assegurado); e não somente alunos, mas cursos, instituições e professores devem ser avaliados .

De acordo com a Lei, a avaliação pode definir o grau de desenvolvimento e experiência discente; pode e deve aproveitar o saber do aluno . O artigo 36 fala de métodos de avaliação que "estimulem a iniciativa dos estudantes", pois a avaliação deve ser uma forma de permitir ao aluno demonstrar o seu conhecimento.

A avaliação, de acordo com as indicações da Lei 9394/96, deve ser contínua e cumulativa, com prevalência do qualitativo sobre o quantitativo; deve ser voltada para a promoção, e não para a estagnação . Isso significa que se avalie de maneira diversificada, e que os conhecimentos não sejam compartimentalizados segundo os meses de trabalho. Que os instrumentos de avaliação priorizem uma visão global das matérias, levando o aluno a utilizar as competências que foi adquirindo em outras etapas e séries. Que as questões sejam abrangentes, articulando os saberes estudados.

A prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos evidencia que a verificação do rendimento não deve se vincular exclusivamente à aprovação ou reprovação dos alunos, ou limitar-se aos conteúdos objetivamente mensuráveis e quantificáveis. Fica claro que o processo da

avaliação adquire finalidades que vão além da promoção/reprovação dos alunos, e se dirigem para os cuidados de uma educação integral. O texto insiste em que a avaliação é o momento para possibilitar ao aluno demonstrar o que sabe e para permitir-lhe avançar .

Finalmente, a avaliação desejada pela LDB deve ter critérios definidos, dados a conhecer aos interessados .

A visão de avaliação subjacente ao texto da Lei 9.394/96 é bastante renovadora, comparada com a prática vigente na maioria das escolas. Para ser concretizada, é condição essencial o investimento no aperfeiçoamento profissional docente. O professor precisa poder fazer da própria sala de aula um ambiente de pesquisa, na busca de caminhos pedagógicos adequados, debruçando-se sobre a prática e confrontando-a com as próprias convicções e hipóteses. O processo educativo terá maior qualidade se o professor se sentir tão interessado quanto o aluno nos resultados alcançados, consciente de que ele comparte tanto o sucesso quanto o fracasso de seus estudantes.

Paradoxalmente, cumprir a LDB ao pé da letra envolve transgressão de todas as partes, em especial dos próprios professores, recusando-se a continuar no velho sistema e reinventando caminhos.

Talvez era também a isso que Darcy Ribeiro se referia quando, falando sobre a LDB, disse que ela procurava "libertar os educadores brasileiros para ousarem experimentar e inovar". Isso se relaciona diretamente com os fins da educação humanista, que supõem hoje um professor que deseje educar o ser humano como que no viés da história e ouse formar pessoas a serviço dos demais - gente capaz de gerar rupturas e de tornar nosso mundo um lugar melhor e mais feliz.

#### ALGUMAS QUESTÕES

Para analisar os problemas e os desafios envolvidos na implantação da Lei 9.394/96 e das DCNEM seria necessário outro artigo. Entretanto, gostaria de lançar algumas questões para discussão.

1. Como se dará, na prática, a pretendida recolocação do humano no ensino médio?

a) A parte diversificada do currículo não servirá apenas para deixar nela confinados os saberes "humanistas", sem que o currículo principal se abale, continuando este a privilegiar o campo científico-tecnológico?

b) Até que ponto não continuarão vigentes no ensino médio os antigos modelos de ciência, prioritariamente quantitativos, que oferecem recortes parciais da realidade, e decidem o que se considera ou não cientificamente interessante para ser estudado?

2. Uma vez que, ao longo dos últimos anos, o vestibular funcionou como critério fundamental no ensino médio para determinar ênfases curriculares e tendências pedagógicas, não é necessário que as universidades definam melhor o perfil dos alunos que esperam, e elaborem instrumentos de seleção mais adequados?

3. Não é hora de estabelecer um diálogo mais aberto entre escolas e universidades, que influencie positivamente um trabalho no ensino médio voltado para a formação de competências e habilidades, assim como mais coerente com a dimensão axiológica que deve permear todo projeto educativo?

4. Se não queremos mais trabalhar com disciplinas fixas e grades curriculares, não deveriam também ser revistos os cursos de licenciatura, dos quais nós, professores, já saímos meio "entrincheirados", com visões de mundo construídas a partir dos recortes de nossas disciplinas, que levamos para a escola?

5. Como ficará o caso dos jovens e adultos trabalhadores de baixa renda que atendemos nos Cursos Noturnos SJ com a separação entre ensino médio e educação profissional? Será permitido observar o artigo 37 da LDB, que defende que se ofereçam "oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho"? Ou pediremos a estes que, após extensa jornada de trabalho, enfrentem quatro horas de efetivo trabalho escolar noturno, em 200 dias letivos anuais? Ou pediremos a estes, para quem todo tempo é pouco no resgate do que perderam, que demorem no mínimo cinco anos para adquirir apenas uma qualificação profissional de nível médio?

6. Finalmente, sempre é bom recordar que o novo ensino que a Lei 9.394/96 aporta é caro e supõe investimentos. Vale perguntar: os governos estarão dispostos a atuar como parceiros dos novos profissionais da educação, revendo o orçamento de Estados e Municípios e garantindo o financiamento necessário ao desenvolvimento de pesquisas, à qualificação docente e à democratização dos projetos educacionais inovadores?

Uma reflexão final

Comprometer-se com a preparação de um profissional de qualidade não implica que a educação deva formar para aceitar as regras da sociedade neoliberal. Nesta, o mercado de trabalho é apresentado como um dado impossível de modificar - e é a educação e o indivíduo que devem se adaptar às suas exigências. Parte-se da idéia de que a seleção é natural, como se todos participassem do processo com as mesmas condições. Esse discurso oculta que é justamente no mercado que se encontram as raízes da exclusão social e da exclusão educacional.

O mercado de trabalho neoliberal é um espaço brutalmente discriminador. É um mercado que desintegra, exclui e aniquila milhões de pessoas consideradas simplesmente "inempregáveis".

Não é preciso entender muito de economia política para saber quais são os futuros desempregados do país. Recente pesquisa do IBGE indica que 78% das pessoas com doze ou mais anos de estudo estão empregadas, enquanto que menos da metade dos que têm um ano de instrução têm emprego.

Por tudo isso, acredito que a reforma do ensino médio será ineficaz se não for acompanhada de políticas públicas e planos sociais de apoio que garantam o acesso e a permanência de todos no sistema educacional.

No Curso Noturno do Santo Inácio estudam quase 1400 jovens e adultos trabalhadores de baixa renda. A maioria cumpre uma jornada diária de pelo menos oito horas, ganha salário-mínimo e tem folga semanal ou quinzenal.

Todos encontram ânimo para sair do trabalho ir ainda para Botafogo, estudar das sete às dez da noite. A partir do ano que vem, devido às exigências de carga horária da LDB, terão que cumprir as oitocentas horas anuais num número maior de meses, ultrapassando o ano civil, pois cada dia letivo tem três horas. Antes das sete, eles não podem chegar; depois das dez, têm mais dificuldades de aprendizagem devido ao cansaço, e muitos já não encontram transporte para suas casas.

Cada um destes alunos está fazendo a sua parte. Eles querem ser profissionais flexíveis, criativos, empreendedores, conforme o mercado exige. Por isso estão estudando.

Mas em algum momento a trajetória se quebra. Sabemos que dificilmente algum deles cursará uma universidade. Eles fazem parte do imenso grupo de milhões de brasileiros que não poderão nunca ingressar no ensino superior. A história deles se confunde com a própria história das desigualdades do nosso país.

Creio que é também a partir dessa ótica que as escolas devem pensar suas tendências curriculares e suas ênfases educacionais.